



NO DIA 28 DE JULHO ÚLTIMO, O EMPRESÁRIO IVO ROSSET DISSE QUE O GOVERNO NÃO AGIA PARA EVITAR A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL.



EM 3 DE AGOSTO, A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF LANÇOU UM PACOTE DE BENEFÍCIOS PARA UMA PARTE DA INDÚSTRIA.



ENQUANTO ISSO, NOS EUA, DEPOIS DE UMA GRANDE COMOÇÃO MUNDIAL, O SENADO APROVOU O PACOTE DE CORTES E A ELEVAÇÃO DO TETO DA DÍVIDA PÚBLICA.



O FATO É QUE OS REPUBLICANOS, ATRAVÉS DA "FARSA DA CRISE", CONSEGUIRAM OS DESEJADOS CORTES DE GASTOS SEM TER QUE AUMENTAR OS IMPOSTOS DOS AMERICANOS RICOS.



BRASIL MAIOR No dia 28 de julho último, o empresário Ivo Rosset disse que o governo não agia para evitar a desindustrialização nacional e que nada havia sido feito, em 20 anos, para reduzir os impostos que ameaçam a concorrência dos produtos nacionais. Poucos dias depois, a presidente Dilma Rousseff lançou um pacote de benefícios para uma parte da indústria. Batizada de Brasil Maior, a política industrial do Executivo é a primeira intervenção real do Governo Federal e visa compensar a perda de competitividade. A principal novidade do plano é a desoneração da folha de pagamentos dos setores têxtil, moveleiro, calçados e de software, que deixam de pagar contribuição previdenciária sobre a folha, mas terão impostos sobre faturamento. O pacote de apoio ao setor industrial prevê ainda incentivos de R\$ 25 bilhões.

POUCO SIGNIFICATIVO Desenhada para combater a conjuntura externa desfavorável e o sucateamento de indústrias tradicionais em competição com a China, a política Brasil Maior é tímida. Falta investimento em pesquisa e não resolve o nó da competitividade das empresas no longo prazo. A decisão de anunciar uma política industrial separada da política de ciência e tecnologia denuncia uma dissociação. Entre os empresários da indústria, fala-se que o pacote é positivo, mas pouco significativo. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga, entende que o apoio à inovação é fundamental, mas disse que o que mais preocupa é o real valorizado, os juros e a carga tributária alta, uma visão que é partilhada pelos demais presidentes de entidades do setor produtivo.

CRISE DA DÍVIDA Enquanto isso, nos EUA, depois de uma grande comoção mundial, o Senado aprovou o pacote de cortes e a elevação do teto da dívida pública, sancionados pelo presidente Barack Obama, para evitar a moratória. Porém, os mercados mantêm a tensão. Segundo o analista Mark Weisbrot, a chamada "crise da dívida" nada mais é do que uma ilusão criada pelos republicanos da Câmara dos Deputados para conseguir cortes de gastos que eles não foram capazes de impor através das urnas.

FARSA DA CRISE Segundo Weisbrot, os republicanos, através da "farsa da crise", conseguiram os desejados cortes de gastos sem ter que aumentar os impostos dos americanos ricos e muito ricos que eles representam, um segmento cuja participação na renda nacional aumentou consideravelmente nas três últimas décadas – mesmo período em que o desemprego nos EUA começou a crescer e a economia americana começou a desacelerar.

DEMOCRATAS X REPUBLICANOS Weisbrot vai mais longe ao afirmar que a fraqueza do presidente Obama na condução das relações

com os republicanos poderá custar sua reeleição: "(...) e as causas terão sido a economia fraca, o desemprego alto e o fato de que permitiu que seus oponentes não apenas sabotassem a economia, como redefiniram o debate econômico, de modo a que o presidente e seu partido levem a culpa pela bagunça que eles, republicanos, criaram".

REPUTAÇÃO DO PAÍS A atordoante análise de Weisbrot faz todo sentido quando ouvimos outro norte-americano, o prêmio Nobel de economia 1992, Gary Becker, tecer o seguinte comentário: "Eu me recuso a acreditar que os políticos deixaram a situação chegar a ponto de dilapidar a reputação do país". Becker diz que sua expectativa sempre foi a de que as duas forças políticas do país chegassem a um consenso, mesmo que em torno de uma solução intermediária.

REGULAÇÃO DOS BANCOS O professor Gary Becker entende que os EUA precisam se dedicar à construção de uma máquina pública mais eficiente e que os bancos precisam ser mais regulados e as exigências de garantia para operações financeiras devem ser maiores. Ele diz também que "(...) ainda que pese uma maior vigilância do Estado sobre o setor financeiro, a valorização da iniciativa privada e da competição continua sendo um dos grandes motores da economia".

INGERÊNCIAS INEFICIENTES Sobre a crise financeira mundial, o Decano da Universidade de Chicago, Gary Becker, entende que ela deve ser atribuída a duas causas: os erros cometidos pelo setor privado e pelos governos: "(...) os bancos americanos e europeus tomaram riscos demais por não entenderem quão interdependentes eles eram (...) Ao mesmo tempo, as instituições públicas com poder e informação para coibir os excessos – Federal Reserve e Banco Central Europeu – não o fizeram". Ele diz ainda que a cena econômica atual reforça a ideia de que "(...) o Estado deve ser guiado por um conjunto de normas que não permitam a ação discricionária de uma ou outra autoridade (...) ações que significam ingerências e resultam em ineficiência".

SISTEMA DESNUDO Que a economia mundial vai mal, todos nós sabemos. Mas que a causa de tudo isso é um profundo distanciamento entre o Estado e a sociedade, poucos entenderam. O fato é que o Estado moderno não está dando conta do mundo contemporâneo. As novas tecnologias e a proliferação de novos canais de comunicação estão desnudando o sistema que se revelou frágil, desonesto e pouco representativo. Presidentes, ministros, senadores, deputados, juízes e policiais perderam a aura, o cetro e a confiança do povo. Foram transformados em homens de carne, osso e fraquezas, como qualquer mortal. Parece que um novo dilúvio está sendo desenhado. É preciso construir uma nova "Arca de Noé".